

Prova de Conhecimentos – Bibliografia

(Informação proveniente da AGSE em 25/05/26)

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, Mirandela (EPADRCM), mediante celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico(a) Superior/ Técnico(a) de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências.

Aviso (extrato) 8507/2026/2, Diário da República n.º 73, 2.ª série, de 15-04-2026 e BEP Código de Oferta: OE202604/0571.

Prova de Conhecimentos – a realizar a 6 de julho de 2026.

Nota de Enquadramento à Bibliografia

A bibliografia indicada para cada prova foi definida com base nos principais temas, âmbitos de atuação e enquadramentos legais associados a cada Perfil. Deve ser entendida como uma base de suporte à preparação dos/as candidatos/as, não como uma reprodução literal de todas as situações, opções de resposta ou formulações constantes da prova.

Tratando-se de provas com alguma componente de aplicação prática, as questões avaliam a capacidade de mobilizar conhecimentos técnicos, interpretar cenários profissionais e aplicar princípios de atuação de forma fundamentada. Assim, algumas respostas podem exigir a articulação entre diferentes referências, conhecimento académico de base e raciocínio técnico aplicado ao contexto.

A bibliografia apresentada constitui, portanto, uma orientação relevante para o estudo, mas não substitui o domínio global das matérias nem a capacidade de aplicação prática exigida para o desempenho da função.

Bibliografia parte comum

Constituição da República Portuguesa (CRP)*

Lei Geral do Trabalho em Funções Pública (LGTFP) *

Novo Código do Processo Administrativo (CPA) *

*Nas respetivas versões atuais

Técnico de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2017). Orientação ao longo da vida nos Centros Qualifica: Guia metodológico. ANQEP.

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República.

Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal. APSS.

Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2021). Código deontológico do/a técnico/a superior de educação social. APTSES.

Bronfenbrenner, U. (1979). The ecology of human development: Experiments by nature and design.

Harvard University Press.

Council of Europe. (2023). Compass: Manual for human rights education with young people (2nd ed., updated in 2023). Council of Europe Publishing.

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro: Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos. Diário da República, 1.ª série, n.º 21, 20–31.

Epstein, J. L. (2018). School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools (2nd ed.). Routledge.

European Commission, Directorate-General for Education and Culture. (2015). A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages. Publications Office of the European Union.

European Commission. (2004). Project cycle management guidelines. European Commission.

OECD. (2012). Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools. OECD Publishing.

Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Carvalhais, 26 de maio de 2026


Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro: Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento. Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Diário da República.

Carvalhais, 29 de maio de 2026

O Presidente do Júri,



(Vitor Manuel Ruivo Ló)